

O Artesanato como elemento impulsionador no Desenvolvimento Local

Thiago de Sousa Santos

Universidade Federal de Lavras - UFLA
t.ss@ig.com.br

João Paulo de Brito Nascimento

Universidade Federal de Lavras – UFLA
Faculdade Presidente. Antônio Carlos de São João
Del Rei – FUPAC/SJDR
joaopaulo_de_brito@yahoo.com.br

Guilherme de Freitas Borges

Universidade Federal de São João Del Rei - UFSJ
guilhermebcvo@hotmail.com

Aline Freire de Oliveira Moraes

Faculdade de Estudos Administrativos de Minas
Gerais – FEAD/MG
alinefreire2000@yahoo.com.br

Eliane Teixeira

Faculdade Presidente. Antônio Carlos de São João
Del Rei – FUPAC/SJDR
elianetei@yahoo.com.br

RESUMO

O artesanato é uma atividade que pode ser analisada nas suas dimensões histórica, econômica, social, cultural e ambiental, possuindo assim, elevado potencial de ocupação e geração de renda no país, aliado a riqueza cultural e a forte vinculação com o setor de turismo. A atividade vai ao encontro das propostas conceituais do desenvolvimento local, mostrando-se como uma alternativa sustentável e até mesmo estratégica no crescimento econômico de certas localidades. O presente artigo tem como objetivo entender as contribuições que o artesanato pode oferecer para o desenvolvimento local em uma comunidade que tem a atividade como principal fonte de renda. Com relação aos procedimentos metodológicos, a pesquisa adotou uma abordagem qualitativa. Realizou-se uma pesquisa bibliográfica sobre o tema e um estudo de caso em uma organização denominada Oficina de Agosto, no povoado de bichinho, que com a iniciativa de seu fundador e outros atores locais, impulsionaram através do artesanato, um aumento da renda e ocupação da comunidade local. Concluiu-se que, de modo geral, a atividade artesanal na comunidade é um fator determinante no desenvolvimento local.

Palavras-Chave: Artesanato; Desenvolvimento Local; Identidade Cultural.

1. INTRODUÇÃO

Em diversas partes do mundo, a busca por melhores condições de vida, associada à desconstrução da noção de desenvolvimento estritamente econômico (pela qual se baseia a maioria dos países), leva as sociedades a repensarem sobre quais outros caminhos podem ser traçados de modo a romper, ou ao menos amenizar, com as discrepâncias sociais que assolam parte significativa da população mundial, especialmente nas regiões periféricas. Representantes públicos e órgãos de fomento, por sua vez, passam a apoiar e a incentivar práticas voltadas para o associativismo e para a cooperação entre empresas, governos e grupos de pessoas. O estímulo ao artesanato e ao turismo configura-se, portanto, como alternativa recorrente em projetos relacionados ao Desenvolvimento Local, na medida em que possibilitam não apenas a inserção como a reinserção de áreas ‘estagnadas’, como também podem viabilizar o resgate da cidadania e da auto-estima dos chamados ‘excluídos’, (OLIVEIRA, 2007).

A importância crescente de análise sobre desenvolvimento local encontra-se hoje em inúmeros estudos tanto em âmbito nacional quanto internacional. A construção dos conceitos de desenvolvimento local, e políticas públicas é um processo amplo e de debate permanente, como nova maneira de promover o desenvolvimento, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida das comunidades, com capacidade de suprir suas necessidades mais imediatas, e de incrementar o intercâmbio externo por meio de ações comunitárias conjuntas. Para tanto, se fez necessário conhecer o perfil da comunidade estudada, pois sem conhecer a comunidade em questão, bem como sua realidade, se tornaria difícil visualizar os caminhos a serem seguidos. (ALCADE ET AL, 2007).

A reflexão sobre o desenvolvimento local pode desdobrar-se em duas frentes, a saber: uma de reprodução da lógica capitalista em escala localizada (tradicional) e outra de tentativas contra-hegemônicas (solidárias), Martins e Caldas (2009). O produto artesanal permite atender a estas duas frentes de maneira simultânea, e assim, contribuir como estratégia para o desenvolvimento local.

No processo evolutivo da raça humana, a atividade econômica deve ser examinada como etapa inicial. Sem trabalho, o homem não avança sequer um palmo na via esplendida do progresso. E foram as mãos que abriram o caminho para a longa e vitoriosa jornada que ainda prossegue.

A história do artesanato teve início no mundo com a própria história do homem, pois a necessidade de se produzir bens de utilidades e uso rotineiro, expressou a capacidade criativa e produtiva como forma de trabalho, Lampen (2001). De acordo com Digby (2007), a principal e mais importante característica do trabalho artesanal é o fato dele ser resultante de um trabalho executado pelas mãos, com sensibilidade, perícia e cuidado. A atividade é a precursora de processos industriais, trazendo no seu âmago tradição e inovação, preservando memória, e paralelamente, promovendo mudanças contínuas no modo de viver das pessoas.

Possuindo elevado potencial de ocupação e geração de renda no Brasil, o setor posiciona-se como um dos eixos estratégicos de valorização e desenvolvimento dos territórios, razão pela qual vem ganhando destaque crescente no conjunto das estratégias de atuação empreendidas tanto pelo setor público quanto privado. Num cenário no qual a busca crescente, por parte dos consumidores, de produtos diferenciados e originais, o Artesanato emerge como uma contrapartida à massificação e uniformização de produtos globalizados, promovendo o resgate cultural e a identidade regional.

Cabe destacar, ainda, os benefícios gerados pela forte vinculação observada entre os setores de Artesanato e do Turismo, mediante a inserção do artesão e seu local de produção nos roteiros turísticos, além da implantação de estratégias integradas, tais como a comercialização de produtos regionais em pontos turísticos e a ambientação de hotéis e restaurantes, com produtos artesanais evidenciando a identidade cultural local.

O artesanato possui ainda, um forte impacto na construção de uma identidade local, e que como vem expressar a arte e suas diversas formas, contribui para caracterizar uma identidade cultural local. Ao analisar cultura e identidade, Cucho (1999), afirma que as grandes interrogações sobre a identidade remetem frequentemente à questão da cultura. O mesmo autor defende que todo grupo é dotado de uma identidade que corresponde à sua definição social, definição que permite situá-lo no conjunto social.

Partindo desta análise, o objetivo central deste trabalho é compreender e analisar a atividade artesanal desenvolvida no vilarejo de “Bichinho”, e de que forma a atividade contribuiu para o desenvolvimento da comunidade. Para realização do estudo, foi feito um estudo de caso na “Oficina de Agosto”, organização criada para promover o artesanato da

comunidade, responsável pela disseminação do ofício e pela produção da maior parte dos produtos artesanais produzidos na região.

2. A ATIVIDADE ARTESANAL

A produção artesanal acompanha o homem em sua história, sendo melhor estruturada como segmento de trabalho na Idade Média, quando a produção concentrava-se nas mãos dos artesãos que posteriormente se uniram para suprir necessidades latentes do mercado de trabalho e consumo, configurando numa forma de trabalho cooperado.

Pereira (1979), estudioso do artesanato, discorre em diferentes trabalhos sobre as questões que envolvem o artesanato, alertando sobre a dificuldade em conceituá-lo, pois o termo é vago e impreciso para definir o artesanato enquanto sistema de produção. Na tentativa de classificá-lo enquanto atividade de produção de bens, o autor interpõe o artesanato entre a “Arte Popular” e a “Pequena Indústria”, permutando características e manifestações entre uma e outra. Segundo o autor o artesanato constitui um sistema de produção à parte da indústria, porém com ela vai se confundindo ou sendo confundido fazendo surgir termos como “artesanato- industrial” ou “indústria artesanal”, Pereira (1979).

Pereira (1979) faz a distinção entre o artesanato e a arte popular, dizendo que esta não visa atender, originariamente, a nenhuma finalidade econômica ou a uma satisfação imediata dum necessidade social, mas satisfaz aos impulsos de uma manifestação estética, embora seja eventualmente comercializada, enquanto que o artesanato traz inerente em si o interesse do comércio imediato. Artesanato e arte-popular identificam-se pela fonte de produção – o povo e sua tradição – e distinguem-se nos seus fins (PEREIRA, 1979).

Já de acordo com Gullar (1994), apesar de o trabalho artesanal ser visto como atividade inferior desde a Antiguidade, a efetiva distinção entre arte e artesanato trata-se de um fenômeno moderno que tem seu início no Renascimento, na divisão de trabalho (artistas e artesãos) que se estabelece nas equipes de construção de igrejas medievais, uma vez que esta proporciona condições ao aparecimento do artista individual. Para o autor, quando esta figura deixa o canteiro de obras e passa ter o ateliê próprio pode prescindir da encomenda e criar à espera de um futuro comprador. O Autor distingue define que “uma das características do artesanato, em contraposição à arte então nascente, é que esta se caracteriza pela busca de novas formas e estilos, enquanto o artesanato é conservador e repetitivo”. (GULLAR, 1994).

Servetto et al. (1998) cita vários autores e estudos sobre a produção de artesanato na região andina da Argentina, dos quais ressalta a tendência de se definir o objeto artesanal e o artesão como produtor do objeto, descontextualizando suas condições de trabalho e sua história. Assim, encontra as seguintes definições que caracterizam o artesanato tradicional:

Trabalho predominantemente manual;
Utilização de recursos naturais locais;
Conhecimentos transmitidos pelas gerações Passadas;
Caráter utilitário e funcional da obra;
Bagagem cultural plasmada na criação individual;
Expressão de uma cultura e fator de identidade.

O artesanato é uma atividade que pode ser analisada nas suas dimensões histórica, econômica, social, cultural e ambiental. Através do artesanato, o homem satisfaz e ainda satisfaz demandas essenciais e acessórias do seu meio social e econômico, no tocante à obtenção de bens manufaturados. Pereira (1979) enfatiza que, para ser eficientemente compreendido, o artesanato não pode ser apenas encarado como um conjunto de técnicas e processos dirigidos à produção de bens manufaturados, mas na reciprocidade das relações

com o meio em que se expande, ou seja, dentro do contexto cultural que, num determinado momento, geram as condições que lhe dão origem e existência.

A riqueza cultural expressa-se em muitas e diferentes manifestações, algumas delas de caráter inovador, seja porque são singulares, não aparecendo em nenhuma outra região do país, seja porque assumem na região aspectos peculiares, em consonância com as especificidades da tradição e dos hábitos locais. O artesanato é um típico exemplo nessa direção (DINIZ e DINIZ, 2007)

Pode-se dizer que muitos materiais e técnicas surgiram da adaptação dos grupos ao meio ambiente e em decorrência de sua organização social. Segundo Canclini (1984) tais materiais e técnicas estão em constante readaptação frente às condições econômicas e culturais, aos estímulos e recursos disponíveis. Antonio Cândido (1987) reforça essa colocação ao dizer que *“para cada sociedade, num determinado momento, há uma equação necessária entre o ajuste ao meio e a organização social”*.

Para D’Ávila (1983), o artesanato está diretamente ligado à questão do emprego, como solução de curto prazo para os países em desenvolvimento. O estímulo à produção artesanal requer baixos investimentos, dando chances a uma imensa parcela da população à participação econômica efetiva. Para o autor a importância do processo de produção artesanal reside ainda no resgate de valores humanos - habilidades pessoais, subjetividade, criatividade, liberdade de produção, autonomia, beleza – em contraposição aos processos industriais – de mecanização e automação. O autor ressalta o alto valor agregado do produto artesanal, e sua condição para penetrar em países onde os produtos manufaturados têm o melhor mercado (D’ÁVILA, 1983).

O artesanato para os segmentos populares se baseia na experiência vivida e transmitida de geração para geração. A tradição familiar tem enorme peso no processo criativo. Pertencer a uma família de artistas ou crescer em meio artesanal é, geralmente, um meio de não só “dar continuidade à categoria”, mas manter os vínculos afetivos, a memória, as trocas simbólicas e os elos de solidariedade e dom necessários à gestão do cotidiano de cada artesão, (DIAS, 2007).

A organização do trabalho como forma de atividade artesanal permite o domínio integral do processo de produção, fato inexistente no caso de um operário de fábrica que é obrigado a se especializar numa operação tão simples a ponto de causar demência. O artesão é dono do saber e centro do processo de produção e não um simples apêndice de uma máquina. Só ele pode iniciar e concluir o processo e ainda detém o conhecimento sobre a compra, os tipos e qualidade das matérias-primas, além de comumente comercializar o produto final gerado.

Sua importância no processo e seu domínio elevam sua auto-estima, que gera uma série de benefícios, dos quais podemos citar a alteração positiva de sua sensibilidade individual ao adocimento, aumento natural da produtividade e qualidade dos produtos gerados.

Cabe destacar, ainda, os benefícios gerados pela forte vinculação observada entre os setores de Artesanato e do Turismo, mediante a inserção do artesão e seu local de produção nos roteiros turísticos, além da implantação de estratégias integradas, tais como a comercialização de produtos regionais em pontos turísticos e a ambientação de hotéis e restaurantes, com produtos artesanais evidenciando a identidade cultural local. Moesch (2002) afirma que, o Turismo é uma complexa combinação de inter-relacionamentos entre produção e serviços, em cuja composição integram-se uma prática social com base cultural, com herança histórica, a um meio ambiente diverso, relações sociais de hospitalidade, troca de informações interculturais. O somatório desta dinâmica sócio-cultural gera um fenômeno, recheado de objetividade/subjetividade, consumido por milhões de pessoas, como síntese: o produto

turístico. De acordo com Casasola (2003), O campo do artesanato e das artes populares são os que têm maior repercussão na atividade turística.

3. ARRANJO PRODUTIVO LOCAL DE ARTESANATO

O artesanato, pelas suas características, por ser um conjunto de unidades produtivas, pode ser interpretado como um arranjo produtivo local (APL), uma vez que congrega em uma mesma territorialidade agentes econômicos que mantêm vínculos consistentes de articulação, interação, cooperação e aprendizagem (CASSIOLATO; LASTRES, 2003a; LASTRES; CASSIOLATO; ARROIO, 2005).

A informalidade imprime ao arranjo produtivo um duplo caráter. De um lado, o detentor do negócio informal exerce simultaneamente as funções de empregado e de patrão, gestor e produtor Cacciamali (1983, 2000). Segundo Kon (2004), trata-se de um conjunto de formas de organização da produção e de distribuição que se estabelecem no interior da produção capitalista, muito embora subordinadas e integradas a esta. De outro, o trabalho informal tem a natureza de um auto-emprego: o objetivo do empreendedor não é exatamente o lucro capitalista, mas a criação de condições para assegurar a sua manutenção e a de sua família (PAMPLONA, 1999).

Em sua análise socioeconômica dos arranjos produtivos, Noronha e Turchi (2005) destacam a importância da base familiar dos empreendimentos. Segundo esses autores, a cooperação, tão ressaltada nos APL, envolve várias relações: i) autoridade, ii) mecanismos de controle explícitos típicos de relações familiares, iii) reconhecimento de interesses mútuos, iv) sedimentação da confiança, enquanto antecipação do comportamento do delegatário.

O vínculo familiar é decisivo na relação de confiança que se estabelece para a transmissão do conhecimento, que permite dar continuidade à "tradição de família". Ao mesmo tempo, nas relações de trabalho, a autoridade e as formas de controle do trabalho são impostas muito mais pela própria hierarquia familiar do que por alguma imposição legal ou jurídica. Além disso, a ocupação de membros da família na atividade artesanal representa uma expansão da força de trabalho e da capacidade produtiva da empresa, mais do que uma forma de aumentar o lucro a ser recebido, é uma forma de aumentar a renda familiar. Essa característica, entretanto, tem estreita vinculação com o grau de formalização da empresa (artesanato) e varia de acordo com o tipo específico de artesanato. (DINIZ e DINIZ, 2007)

Existem várias características que identificam o conjunto das atividades artesanais como um arranjo produtivo local informal. São elas: a elevada informalidade, a forte tradição familiar que marca todos os elementos estruturais da empresa, como as relações de trabalho, a forma de apreensão e de transmissão de conhecimento, com reflexos na dinâmica de inovação do produto. (DINIZ e DINIZ, 2007).

Alguns trabalhos já classificam arranjos produtivos locais em artesanato em algumas regiões do país. Conforme Teixeira (2008), municípios como São Luiz/MA; Iguazu/CE; Distrito de Maragogipinho – Bahia; possuem APL em artesanato.

Cassiolo et al (2004) ainda destaca o fato de que a territorialidade é fundada em interdependências específicas da vida econômica de cunho local em que trabalho e tecnologia possuem significados especiais. No caso do artesanato, o trabalho possui um significado que, embora a tecnologia não seja o ponto que o destaca, a territorialidade e as relações estabelecidas são preponderantes no exercício da atividade.

4. DESENVOLVIMENTO LOCAL

Primeiramente, vale levantar aspectos importantes para o entendimento de desenvolvimento. Em um sentido amplo, desenvolver consiste em “um processo de aperfeiçoamento em relação a um conjunto de valores ou uma atitude comparativa com respeito a esse conjunto, sendo esses valores condições e/ou situações desejáveis para a sociedade.” Borba, *apud* Cocco (2000). Destaca-se também como um processo sustentado de crescimento, que possibilite maior geração de valores econômicos e de mudança estrutural e que favoreça a distribuição de riquezas entre os mais variados estratos sociais e regiões Ferraz, Crocco & Elias (2003). Desta forma, para avaliar o desenvolvimento, devem ser consideradas, também, as variáveis políticas, tecnológicas, ambientais e de qualidade de vida da população, refletindo o progresso das sociedades, em uma escala maior e multissetorizada, e não apenas ressaltar a sua dimensão econômica (OLIVEIRA, 2007).

Ainda de acordo com Oliveira (2007), outras dimensões devem ser incorporadas ao termo desenvolvimento, além das pretensões econômicas de acumulação de riqueza e de outros aspectos ligados à renda, pois este deve relacionar-se, sobretudo, com a melhoria da qualidade de vida das pessoas. Além disso, é preciso compreender que o desenvolvimento é um processo historicamente determinado e que, portanto, será desigual em âmbitos regionais, nacionais e internacionais, quer pela imposição da Divisão Internacional do Trabalho, ou pelas peculiaridades e ritmos diferenciados do processo entre as diversas sociedades e formações econômico-espaciais no espaço e no tempo. (PAULA, 2002 APUD FERRAZ, CROCCO & ELIAS, 2003)

Já se tratando do desenvolvimento endógeno, pode se entender como a capacidade de uma determinada sociedade para adquirir certo domínio sobre o seu desenvolvimento. Isto não implica um controle centralizado governamental, senão por permitir que indivíduos e grupos de indivíduos assumam seu papel de atores do desenvolvimento, negociando interesses individuais e coletivos. A promoção da autonomia de comunidades locais organizadas para que elas tenham gerência efetiva do seu próprio desenvolvimento local é uma das prerrogativas do ecodesenvolvimento (FERNANDES e SAMPAIO, 2006).

No artesanato também é possível identificar tal autonomia. No entanto, não se trata de uma autonomia política com características de movimentos de tipo nacionalista (isolamento) ou autárquico (centralismo e auto-suficiência), mas sim de preservar uma identidade local que se concilia com estruturas políticas, institucionais e culturais mais amplas. Em detrimento dessa autonomia e de singularidade local, não se justifica aplicar modelos de desenvolvimento miméticos, de um local para outro, sem antes adaptá-los a cada realidade. O desenvolvimento endógeno estimula, assim, a articulação dos mais diversos segmentos da sociedade local para descobrir as soluções dos principais problemas que são inerentes àquela comunidade (GODARD *ET AL.*, 1987).

De acordo com Vitte (2006), a temática do desenvolvimento não é um tema alheio ao debate geográfico. Apesar das discussões sobre o desenvolvimento envolver a análise de aspectos tangíveis e intangíveis, são principalmente os aspectos tangíveis, os processos de produção material do espaço, que interessam à análise geográfica.

O desenvolvimento está vinculado à noção de modelo territorial, cuja compreensão é um dos objetivos da análise territorial e de ordenação do território, visando compreender as formas de ocupação e utilização do espaço. Há, assim, uma impactação em duplo sentido dos territórios e dos modelos de desenvolvimento, pelos atributos ou carências dos territórios e pelas estratégias de desenvolvimento implementadas.

A noção e as estratégias de desenvolvimento se assentam em diferentes lógicas e interesses que conformam uma rede de relações determinantes na conformação dos lugares, de orientação global ou local. De acordo com Santos (1998), há lógicas exógena e endógena, sendo que a primeira situada no âmbito dos interesses corporativos globais, transnacionais e a última no âmbito da identidade, do fato e do sentimento de pertencer a algo que lhes pertence.

Sob a primeira, definem-se estratégias funcionais ao capitalismo global, de acordo com Furtado (2000a), transformando economias nacionais, especialmente a dos países em desenvolvimento, em províncias da economia global numa clara exacerbação da dimensão econômica e instrumental da noção de desenvolvimento. Sob a última, constroem-se políticas que resgatam especificidades e expandem a noção de desenvolvimento para a dimensão cultural, isto é, para “os valores das coletividades, os sistemas simbólicos que constituem a cultura” (FURTADO, 2000a).

No contexto geopolítico, essas diferentes lógicas caracterizam os lugares-locais e os lugares-globais. Os primeiros delimitam o espaço da herança histórica que, mantêm uma identidade. São ainda a base da organização territorial e das relações de produção. Ainda que extrapolem limites geográficos, se assentam em especificidades sócio-culturais, políticas e institucionais particulares a um grupamento humano, com identidade própria. Já os lugares-globais são espaços definidos por consequência da globalização neoliberal, fundamentalmente separando o centro da ação da sede da ação (GOULART, 2006)

A idéia de *local* pode ser entendida como um município, parte de município, um conjunto de municípios, um estado (UF) ou mesmo uma região. A esfera local é o campo prioritário da ação política, muitas vezes desdobrando-se no que Carlos Vainer denomina de *patriotismo de cidade*, uma pretensa capacidade *extraordinária* dos governos locais de cumprir, de maneira mais eficaz e eficiente, as funções até então tradicionais aos governos nacionais, como as de acumulação e de legitimação (VITTE, 2006).

Numa análise de diversas experiências de desenvolvimento local, passou-se a observar que fatores antes considerados secundários ao crescimento e com forte diferenciação *local* eram importantes na explicação do sucesso de certas localidades. Esses fatores, quando estimulados, permitiam melhorar a produtividade e possibilitavam uma melhor distribuição de renda (AMARAL FILHO, 1996).

Torna-se importante também demonstrar algumas definições que são específicas para o “desenvolvimento econômico local” que considera-se como o conjunto de estratégias e ações para a construção da base produtiva local com enfoque para a ativação da economia local e pode provocar impactos no território.

Vitte (2006) destaca que o desenvolvimento econômico local pode ser visto como um dos campos de investigação da *escala local*. Nas últimas décadas, por causa das transformações na economia mundial, do aprofundamento dos processos de democratização nos países europeus e da redemocratização nos países latino-americanos, a instância local de poder emergiu como tema, caracterizando um saber que converge na análise de relações concretas, socialmente construídas e territorialmente localizadas.

Numa abordagem de estudos locais, ganham interesse os municípios, assumindo funções que antes eram de responsabilidade de instâncias de poder superiores. Desta forma, cada vez mais os municípios constituem-se em um espaço estratégico para o desenvolvimento Barquero, 1993, aput Vitte, (2006) muitas vezes com profundas consequências econômicas, sociais e espaciais.

Devido a sua importância, várias são as iniciativas de estímulo ao Desenvolvimento Local, como afirma Cocco e Galvão (2001):

o “local” parece estar se constituindo na tônica geral de definição dos novos rumos das políticas públicas ativas de desenvolvimento econômico e social no Brasil nesta virada de século. Do Rio Grande do Sul ao Rio de Janeiro, do ABC paulista ao Ceará, do BNDES à Caixa Econômica Federal, passando pela Finep, do SEBRAE ao SENAI, há uma multiplicação generalizada de instituições, projetos, pesquisas, seminários e experiências que visam o “desenvolvimento local” (G. COCCO & A. P. GALVÃO, 2001).

Outro aspecto a ser considerado é quem são os agentes das ações de desenvolvimento local. Muitas instituições, grupos e indivíduos podem estar envolvidos: cooperativas, as agências de desenvolvimento, associações industriais e comerciais, entidades empresariais, sindicatos, governos locais e de outras instâncias de poderes. No caso da Oficina de Agosto, a organização foi induzida por um e idealizada pelo senhor Antônio Carlos Bech, que deu início ao projeto.

A expansão de idéias como essa e as características de experiências desse tipo encontra-se em pleno vapor no Brasil. Existe um espaço para experimentação e emergência de novas formas de articulação entre os vários atores sociais e o âmbito local que privilegiam iniciativas dessa natureza, que não reproduzem apenas formas de produção capitalista e também não estão centradas em empreendimentos controlados pelo Estado. São, em geral, formas de organização econômica baseadas em ações coletivas de empresas populares de gestão solidária.

5. CULTURA E IDENTIDADE CULTURAL.

Outro aspecto do debate sobre desenvolvimento local refere-se aos fatores culturais do desenvolvimento, discussão que faz emergir a preocupação com a identidade da coletividade, a qualidade de vida, os tipos de empregos gerados e a integração social. Discutem-se, inclusive, os papéis econômicos da cultura dentre os quais se destacam as questões da imagem construída, do *marketing* público e da economia induzida pela cultura.

Verifica-se que a humanidade procura conhecer o mundo, encontrar explicações para os fatos que ocorrem em seu cotidiano, para o seu passado e futuro, em busca de um desenvolvimento, material ou espiritual. Estes conhecimentos são produzidos, adquiridos e muitas vezes, repassados aos seus semelhantes. A estes saberes, técnicas, crenças e hábitos de um povo, pode-se chamar de cultura, termo este bastante amplo, que envolve questões educacionais, artísticas e tradições, dentre muitos outros (SANTOS, 1994).

De acordo com Cascudo (1973) cultura é o “conjunto de técnicas de produção, doutrinas e atos, transmissível pela convivência e ensino, de geração em geração”. É a cultura que distingue a identidade de um indivíduo e possibilita identificá-lo como membro de uma sociedade. Detentor de uma série de conhecimentos, hábitos e valores adquiridos por seus semelhantes, este indivíduo reconhece outros membros de seu grupo, interage com os mesmos e com outras comunidades, transmite às gerações futuras sua cultura e preserva particularidades de seu povo.

Com relação à cultura caracterizada como “popular” constitui um vasto manancial de riqueza a ser investigado. Em verdade, as noções de cultura e conhecimento são por vezes precárias. Eis porque o discurso oficial acerca da cultura reflete geralmente uma ideologia veiculada basicamente por aqueles que têm os meios materiais de produzi-la de forma mais ampla, isto é, os poderes hegemônicos, não raro marcados pelo que Bourdieu chamou de “Racismo de Inteligência,” isto é, por meio de um discurso mesclado às formas de dominação - dominação do capital simbólico, lingüístico, cultural e jurídico etc. (BOURDIEU In: LINS, 1999).

Partindo do entendimento de cultura como construção histórica, um produto individual e coletivo da vida humana, trata-se de uma “construção que se inscreve na história e mais precisamente na história das relações dos grupos sociais entre si”, como destaca Cuche (1999). Em sua concepção ampla, remete à idéia de uma forma que caracteriza o modo de vida de uma comunidade em seu aspecto global e totalizante. A cultura popular pode ser definida como:

(...) a cultura comum das pessoas comuns, isto é, uma cultura que se fabrica no cotidiano, nas atividades ao mesmo tempo banais e renovadas a cada dia. Para ele, a criatividade popular não desapareceu, mas não está necessariamente onde a buscamos, nas produções perceptíveis e claramente identificáveis. Ela é multiforme e disseminada: ela foge por mil caminhos (CUCHE, 1999:150).

Ao analisar cultura e identidade, Cuche (1999), afirma que “as grandes interrogações sobre a identidade remetem freqüentemente à questão da cultura”, nas palavras dele, “há o desejo de se ver cultura em tudo, de encontrar identidade para todos”. Entretanto, este autor adverte, que não se pode, pura e simplesmente confundir as noções de cultura e identidade cultural ainda que as duas tenham uma grande ligação:

Em última instância, a cultura pode existir sem consciência de identidade, ao passo que as estratégias de identidade podem manipular e até modificar uma cultura que não terá então quase nada em comum com o que ela era anteriormente. A cultura depende em grande parte de processos inconscientes. A identidade remete a uma norma de vinculação, necessariamente consciente, baseada em oposições simbólicas.

[...]A identidade social de um indivíduo se caracteriza pelo conjunto de suas vinculações em um sistema social: vinculação a uma classe social, a uma nação, etc. A identidade permite que o indivíduo se localize em um sistema social e seja localizado socialmente. (CUCHE, 1999)

Tal identidade social vem de forma a construir uma espécie de significado que permite diferenciar indivíduos, sociedades, municípios a fim de estabelecer uma cultura, seja ela “popular” ou não.

Kashimoto *et al* (2002), entende como um fator de extrema importância para o desenvolvimento local é a cultura popular local na medida em que, por ser oriunda das relações entre a comunidade do lugar e o seu meio (natural e social) permite a configuração da identidade do Lugar e de sua população. Afirma assim que a valorização da cultura popular contribui para que a sociedade fortaleça a individualização e a auto-estima diante do “outro”, numa busca de desenvolvimento originário de sua própria criatividade e conforme os seus valores.

Desta forma, é premissa para o desenvolvimento se conhecer em profundidade a identidade, cultura local, reconhecer essa auto-identificação cultural de forma a se tornar protagonista do seu processo de desenvolvimento local.

Canclini (1982) considera que os bens culturais de um determinado grupo surgem das necessidades globais de um sistema social e por ele está determinado, ou seja, existe sempre uma organização material própria para cada produção cultural. Tais bens culturais, entre eles o artesanato, sejam de comunidades tradicionais ou das classes populares rurais e urbanas, são manifestações de sua cultura popular.

Entretanto, o autor entende que as culturas populares inseridas no contexto mais abrangente da sociedade capitalista são o resultado de uma interação com essa sociedade, cuja relação caracteriza-se por uma apropriação desigual do capital cultural, pela elaboração específica das suas condições de vida e pela interação conflituosa com os setores hegemônicos.

Assim, Canclini (1982) sugere que o artesanato deve ser estudado dentro de um contexto mais amplo, dentro da sociedade abrangente em que é produzido, em suas relações com o sistema econômico vigente e em suas diferentes etapas: a produção, a circulação e o consumo. O autor afirma que “*é necessário estudar o artesanato como um processo e não como um resultado, como produtos inseridos em relações sociais e não como objetos voltados para si mesmos*” Canclini (1982). O artesanato é uma expressão da cultura popular, em suas múltiplas faces, cujo saber se passa pela tradição familiar.

O fazer artesanal de acordo com Dias (2003) pode ser entendido no sentido de identificar motivos que representam expressões artísticas como reminiscências do passado em tensão entre continuidade e mudanças próprias. Entretanto, não só da dinâmica da cultura mas também das próprias exigências dos novos tempos. O fazer artesanal passa não só pela tradição familiar mas também pela “habilidade” ou seja, o “dom”. Ele é o grande impulsionador, em arte, do ato criador.

6. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Quanto aos procedimentos, optou-se pelo estudo de caso, por permitir um estudo profundo de um ou de poucos objetos, de maneira a permitir conhecimentos amplos e detalhados do mesmo (Gil, 2006). Por se tratar de um estudo de caso, o pesquisador fez suas observações diretamente no campo, com vistas a entender a natureza e o caráter subjetivo das atividades pesquisadas. Estudos de caso são extensamente utilizados como forma de pesquisa descritiva representativa de uma pequena parte da realidade, a partir da qual se pode tirar conclusões relevantes.

Quanto à abordagem do problema, utilizou-se, essencialmente, a pesquisa qualitativa, devido à sua natureza de permitir “[...] descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos [...]” Richardson (1999). Este tipo de abordagem compreende a interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados às observações feitas e não requer a utilização de métodos ou técnicas estatísticas.

Os dados utilizados nesta pesquisa podem ser classificados como primários. Estes dados foram coletados diretamente na organização em estudo, por meio de entrevistas pessoais do pesquisador com pessoas envolvidas diretamente com a “Oficina de Agosto” e por meio da observação direta. Para dados primários podem ser entendidos como aqueles que não foram antes coletados, estando ainda em posse dos pesquisadores, e que são coletados com o propósito de atender às necessidades específicas da pesquisa em andamento.

Este trabalho contribui com os estudos sobre o Desenvolvimento Local, por meio da análise do artesanato como um elemento impulsionador, que tem por objetivo provocar uma reflexão sobre esse assunto, chamando a atenção para a relevância do tema no atual contexto.

Os atores sociais selecionados para as entrevistas foram artesãos que trabalhavam diretamente na Oficina de Agosto, artesãos que trabalhavam indiretamente, mas que tinham seus produtos comercializados por intermédio da Oficina, e pessoas envolvidas com a administração, planejamento e direção da Oficina de Agosto.

7. O ESTUDO DE CASO

A atividade artesanal vem sendo recentemente alvo de atenção de analistas econômicos. Fato este devido a seu potencial de geração de renda e ocupação, bem como à sua capacidade de formação de empreendedores. Nos últimos anos, o setor de artesanato apresentou um significativo crescimento na região do circuito da trilha dos Inconfidentes. Situada no eixo da Estrada Real, os 17 (dezessete) municípios que compõe o Circuito é marcado pela diversidade e qualidade artesanal ali produzido. Neste contexto encontra-se o distrito denominado Vitoriano Veloso, vilarejo pertencente à cidade de Prados, formado no início do século XVIII, com a descoberta de ricas lavras de ouro e que é mais conhecido como “Bichinho”.

O povoado possui cerca de 500 habitantes e é ainda uma pequena rua de casas antigas que servem de residências, oficinas e lojas de artesanato onde o resultado do trabalho desses artesãos fica exposto. A maior parte dos trabalhos é executada com base em material de demolição, além de madeira, ferro, lata, plásticos, argila, Papel machê, Cabaças, tecidos e outros. O artesanato é reconhecidamente de qualidade e é exportado para outros estados e também para o exterior.

O projeto Oficina de Agosto, iniciou-se em 1991 com a chegada do paulista Antonio Carlos Bech, o “Toti”, artista plástico que preocupado com questões ecológicas passou a usar material reciclável para a criação e venda de objetos de decoração. Consciente também dos problemas sociais, desenvolveu na própria comunidade um grupo de artesãos que ajudavam na construção dos objetos de arte por ele idealizados. Nesta época os moradores locais, que só tinham como subsistência a agricultura e pecuária, viram através de sua arte suas vidas mudarem. Dessa forma a equipe de artesãos criaram uma arte coletiva muito a frente do seu tempo com uma assinatura: Oficina de Agosto.

A oficina começou seus trabalhos com 8 pessoas e atualmente conta com 50 funcionários fixos e outros 100 terceirizados. O funcionamento da Oficina de Agosto teve um impacto muito grande na região, aumentando sua infra-estrutura, e emplacando campanhas sociais de higiene, meio ambiente, limpeza e saúde. Conseguiu, através da arte e artesanato, promover o desenvolvimento sustentável e a inclusão social num lugar muito carente de trabalho. Hoje o Bichinho recebe turistas do mundo inteiro, interessados em adquirir artesanato que é reconhecido pela sua qualidade.

A conscientização de seus funcionários e terceirizados em relação à preservação e aos cuidados com o meio ambiente foi fundamental para a manutenção da área onde a comunidade vive e extrai o seu bem-estar. Com suas iniciativas, a Oficina de Agosto transformou o artesanato na base sustentável do desenvolvimento local e conseguiu despertar nas pessoas o seu potencial.

A originalidade do artesanato da Oficina de Agosto, apesar da produção em série, já é dada pelo regime de diversificação dos trabalhos. No decorrer dos anos, vários artesãos da oficina desenvolveram seus trabalhos e acabaram por sair montando seus próprios negócios. Desta forma, o pequeno povoado de Bichinho, hoje vem a ser considerado ponto turístico. O lugarejo hoje, passou a ser um local de investimentos. Artesãos que exerciam suas atividades em municípios próximos como, Prados, Tiradentes, Santa Cruz de Minas e São João Del Rei, estão encontrando no vilarejo, um maior potencial de comercialização de seus produtos.

Além dos comerciantes de artesanato, vem sendo instalados no povoado outros tipos de negócios como restaurantes, pousadas, e outros vários negócios relacionados ao setor turístico, que vêm suprimir a demanda de turistas que freqüentam a região.

Passados quase 19 anos da implantação da Oficina de Agosto, hoje não só a organização, mas toda a comunidade, passou a ser destaque em vários meios de comunicação

como referência na produção artesanal. A oficina já possui vários prêmios como Planeta Casa (2004), que caracteriza-se por empresas que melhor promovem a conservação da natureza e o desenvolvimento sustentável; Revista Ícaro Brasil (2003), por desenvolver trabalho que protege o meio ambiente e ajuda a melhorar a sociedade onde vivemos; e o prêmio Top 100 de Artesanato (SEBRAE, 2006), no qual foi escolhida entre as 100 unidades produtivas mais competitivas do Brasil, e que consideram como critério de seleção a inovação de produto, adequação ao meio ambiente e responsabilidade social das unidades produtivas.

Os produtos com assinatura Oficina de Agosto produzidos na comunidade de Bichinho, hoje possuem revendas no mercado nacional nos estados de Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia, Santa Catarina e Pará, como também participam de diversas feiras pelo país. No mercado internacional os produtos já são comercializados dentro dos parâmetros internacionais na Suécia, Estados Unidos, Colômbia e Panamá.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode se observar que num ambiente onde predominavam atividades tradicionais tipicamente rurais, o artesanato e seu efeito desencadeador em outros setores, proporcionou a comunidade e região, uma alternativa a contribuir na resolução de dificuldades de geração de renda e bem estar da comunidade.

Além disso, a construção dos conceitos de desenvolvimento local e políticas públicas é um processo amplo e de debate permanente como nova maneira de promover o desenvolvimento contribuindo para melhoria da qualidade de vida das comunidades, dos municípios, surgimento de comunidades sustentáveis, despertar ou descobrir vocações, expandirem potencialidades e incrementar o intercâmbio externo aproveitando-se de suas vantagens locais. Juntamente, a construção e a formação da identidade local, as questões econômicas, sócio-culturais e ambientais, a participação de atores sociais, as novas territorialidades criadas na distribuição/integração (ALCADE ET AL, 2007).

A produção de artesanato no vilarejo de Bichinho não pode ser analisada como uma expressão cultural propriamente, mas pode-se dizer que a raiz dessa produção está fincada na cultura local. Ressalta-se o fato da relação do produto artesanal e o turismo. Este devido ser um “produto” in loco assume papel de destaque como estratégia de desenvolvimento local.

Conclui-se que o esforço para integrar linhas de reflexão de investigação e ação sobre participação e conhecimento, construído a partir do saber local, conforme se verificou no caso analisado, pode ser um aporte substantivo para promover a construção do desenvolvimento de determinada comunidade.

O objetivo deste estudo é gerar informações que possa levar a reflexão do papel importante que o artesanato pode assumir, inclusive estrategicamente, a agentes encarregados das políticas públicas, assim como as empresas e instituições privadas em suas estratégias de comercialização, cooperação e sustentabilidade, a fim de impulsionar o desenvolvimento local.

9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALCADE, E. A.; LE BOURLEGAT, C. A.; CASTILHO, M. A. O papel dos agentes na comunidade de artesãos em Três Lagoas-MS, como instrumentos impulsionadores do desenvolvimento local. Interações - Revista Internacional de Desenvolvimento Local. vol. 8, n. 2. set. 2007.

AMARAL FILHO, Jair do. Desenvolvimento regional endógeno em um ambiente federalista. Planejamento e Políticas Públicas. IPEA, n.14. Brasília, 1996.

BOURDIEU, P. In: LINS, D. S. (org.) O Campo Econômico. A dimensão simbólica da dominação. Papirus. Campinas, 1999.

- CACCIAMALI, M. C.** Globalização e processo de informalidade. IPE/USP, São Paulo, 2000.
- CACCIAMALI, M. C.** Setor informal urbano e formas de participação na produção. IPE/USP, (Série Ensaio Econômico, n. 26). São Paulo, 1983.
- CANCLINI, N.G.** As culturas populares no capitalismo. Brasiliense, São Paulo, 1982.
- CÂNDIDO, A.** Os parceiros do Rio Bonito. Livraria Duas Cidades, São Paulo, 1987.
- CASASOLA, L.** Turismo e Ambiente. Roca. São Paulo, 2003.
- CASSIOLATO, J. E.; SZAPIRO, M.; LASTRES, H. M. M.** Caracterização e taxonomias de arranjos e sistemas produtivos locais de micro e pequenas empresas. In: Relatório de atividades do referencial conceitual, metodológico, analítico e propositivo - RedeSist. UFRJ/SEBRAE. Rio de Janeiro, 2004.
- CASSIOLATO, J. E.; LASTRES, H. M. M.** O foco em arranjos produtivos e inovativos locais de micro e pequenas empresas. In: LASTRES, H. M. M.; CASSIOLATO, J. E.; MACIEL, M. L. Pequena empresa: cooperação e desenvolvimento local. Relume Dumará, p. 21-65. Rio de Janeiro, 2003a.
- COCCO, G.; GALVÃO, A. P.** Sobre a ‘tropicalização’ do desenvolvimento local: algumas reflexões a respeito do modelo italiano. In: SILVEIRA, C. M. & COSTA REIS, L. Desenvolvimento local - dinâmicas e estratégias. Rio de Janeiro, 2001.
- CUCHE, D.** A noção de cultura nas ciências sociais. Trad. Viviane Ribeiro. EDUSC, Bauru, 1999.
- D’AVILA, J. S.** O artesanato tradicional e seu papel na sociedade contemporânea. In RIBEIRO, B. (Org.). O artesanato tradicional e seu papel na sociedade contemporânea. FUNARTE. Rio de Janeiro, 1984.
- DIAS, M. E. B.** As Areias Coloridas do Litoral Cearense Modeladas por Sábias Mãos. O público e o privado n.2. 2003.
- DIGBY, S.** Export industries and handicraft production under the Sultans of Kashmir. Indian Economic and Social History Review [S.I.], v. 44, n. 4, p. 407-423, Oct-Dec 2007.
- DINIZ, M. B.; DINIZ, M. J. T.** Arranjo produtivo do artesanato na Região Metropolitana de Belém: uma caracterização empírica. Novos Cadernos NAEA. v.10, n.2 . 2007.
- FERRAZ, J. C., CROCCO, M. & ELIAS, L. A.** Liberalização Econômica e Desenvolvimento. Futura. São Paulo, 2003.
- FERNANDES, V. SAMPAIO, C. A. C. S.** Formulação de Estratégias de Desenvolvimento baseado no conhecimento local. RAE-eletrônica, v. 5, n. 2, art. 11. São Paulo, 2006.
- FURTADO, C.** O capitalismo global. Paz e Terra, 4. ed. São Paulo, 2000a.
- GIL, A. C.** Como elaborar projetos de pesquisa. Atlas. São Paulo, 2006.
- GODARD, O.; CERON, J. P.; VINAHER, K.; PASSARIS, S.** Desarrollo endogeno y diferenciación de espacios de desarrollo. Estudios Territoriales, n. 24, p. 135-147. 1987.
- GOULART, S.** Uma Abordagem ao Desenvolvimento Local Inspirada em Celso Furtado e Milton Santos. Cadernos EBAPE.BR, v. 4, n. 3. 2006.
- GULLAR, F.** O artesanato e a crise da arte. Revista de Cultura e Vozes, s.n, v. 88, n. 4, p. 7-12, Petrópolis, 1994.
- KASHIMOTO, E.; MARINHO, M. e RUSSEF, I.** Cultura, identidade e desenvolvimento local: conceitos e perspectivas para regiões em desenvolvimento. In: Interações- Revista Internacional de Desenvolvimento Local. p. 35-42. 2002.
- KON, A.** Economia dos serviços: teoria e evolução no Brasil. Elsevier. Rio de Janeiro, 2004.
- LASTRES, H. M. M.; CASSIOLATO, J. E.; ARROIO, A.** Sistema de inovação e desenvolvimento: mitos e realidade da economia do conhecimento global. In: LASTRES, H. M. M.; CASSIOLATO, J. E.; ARROIO, A. (Org.). Conhecimento, sistemas de inovação e desenvolvimento. Editora UFRJ. Rio de Janeiro, 2005.
- MARTINS, R. D. A.; CALDAS, E.L.** Visões do Desenvolvimento Local: uma análise comparada de experiências brasileiras. Interações - Revista Internacional de Desenvolvimento Local. v. 10, n.2. Campo Grande. 2009
- MOESCH, M. A.** Produção do Saber Turístico. Contexto. São Paulo, 2000.
- MURRAY, D.J.** Case study as form of enquiry. In: THE OPEN UNIVERSITY. Social Sciences. The Open University. London, 1974.

NORONHA, E. C.; TURCHI, L. Política Industrial e Ambiente Institucional na Análise de Arranjo Produtivos Locais. Brasília. IPEA, 2005.

OLIVEIRA, C. D. As relações artesanais e o estímulo ao desenvolvimento local no Brasil, em Gouveia-MG e outras diferentes escalas. Dissertação (mestrado). Universidade Federal de Minas Gerais. Departamento de Geografia da UFMG. Belo Horizonte. 2007.

PAMPLONA, J. B. A reemergência do auto-emprego urbano e suas implicações para o mercado de trabalho. In: Encontro Nacional de Economia Política. Anais. v.1 n. 4. Porto Alegre, 1999.

PEREIRA, C. J. C. Artesanato: definições, evolução e ação do Ministério do Trabalho; o programa nacional de desenvolvimento do artesanato. MTB, 153 p. Brasília, 1979.

RICHARDSON, R. J. et al. Pesquisa social: métodos e técnicas. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SANTOS, M. Espaço e Método. Nobel. São Paulo, 1997.

SANTOS, M. O retorno do território. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A.; SILVEIRA, M. L. (Orgs.). Território: globalização e fragmentação. 4. ed. Hucitec: ANPUR, São Paulo, 1998.

SERVETTO, M. La artesanía en la zona Andina Argentina: propuestas para El desarrollo. Servicio de Publicaciones de la Universidad de Córdoba, Córdoba, 1998.

VITTE, C. C. S. Gestão do Desenvolvimento econômico Local: algumas considerações. Interações - Revista Internacional de Desenvolvimento Local. v. 8, n. 13. 2006